



III Jornada Internacional
Semântica e Enunciação



2021



PROPOSTA DO SIMPÓSIO TEMÁTICO:

DIREITOS LINGÜÍSTICOS NO SÉCULO XXI: SENTIDOS E DISCURSOS

Fernanda CASTELANO RODRIGUES¹
Jael SÂNERA SIGALES GONÇALVES²

RESUMO: A tolerância e a promoção de direitos linguísticos emergiram em contexto político e histórico que coincide com a preocupação da ordem internacional em proteger a dignidade da pessoa humana, no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, da qual resultou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Desde então, diversos instrumentos jurídicos, com maior ou menor força normativa, têm sido editados no âmbito internacional e no âmbito interno dos Estados voltados à proteção desses direitos, como a Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas (1992) e a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996). Mais recentemente, temos presenciado iniciativas de diversas ordens para a preservação da diversidade linguística e a garantia de direitos linguísticos de comunidades marginalizadas, assumindo que o reconhecimento e a positivação de tais direitos podem funcionar como mecanismos de diminuição da exclusão social. Na América Latina e no Brasil, de modo particular, a própria noção de direitos linguísticos tem sido submetida a um necessário movimento de des/reterritorialização, que pode ser observado no modo como se realizam as práticas por meio das quais se pretende concretizá-los: por um lado, no âmbito das políticas públicas, a produção de legislação em nível nacional ou local tem sido protagonista; por outro lado, sujeitos ativistas, mais ou menos organizados, têm exercido um importante papel na defesa de seus direitos e na conscientização de grupos ou coletivos a que pertencem. Considerando a conjuntura sócio-histórica e política que atravessamos nesta segunda década do século XXI, este simpósio propõe acolher trabalhos que contribuam com a reflexão e o debate de questões em torno dos sentidos que se constroem para a noção de direitos linguísticos no espaço de enunciação brasileiro ou latino-americano. Para isso, esperamos contar com a apresentação de propostas que analisem, do ponto de vista teórico e/ou prático, tanto as políticas públicas de garantia de direitos linguísticos, quanto os movimentos ativistas de sujeitos e grupos ou coletivos em torno de suas línguas. Esperam-se contribuições que se construam tendo em conta as relações entre as línguas e os sujeitos a partir de diferentes campos: Linguística, Análise de Discurso, Enunciação, História das Ideias Linguísticas e Direito.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos linguísticos. Sujeito. Discurso. Sentido.

1 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), fecastel@gmail.com

2 Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), jaelgoncalves@gmail.com



III Jornada Internacional
Semântica e Enunciação



2021



RESUMOS APROVADOS:

DIREITOS LINGUÍSTICOS E SUBJETIVIDADE: LÍNGUA E CULTURA EM LIVROS DIDÁTICOS PUBLICADOS POR EDITORAS ESPANHOLAS NO BRASIL, NA ARGENTINA E NO MÉXICO.

Deise Cristina de Lima Picanço
(Universidade Federal do Paraná)

RESUMO: Este trabalho analisa como o tema dos direitos linguísticos, e os modos como a diversidade linguística e sócio-cultural, que compõem as sociedades latino-americanas, são trabalhados nos livros didáticos publicados por editoras espanholas transnacionais, destinados ao ensino de português e espanhol (como línguas nacionais) no Brasil, México e Argentina. Tanto no Brasil como na América Latina, observamos nas últimas décadas o surgimento de ações e projetos que propõem a defesa ao direito linguístico das comunidades de falantes em sua relação com a hispano ou a lusofonia. Neste trabalho, procuramos compreender como o livro didático produz subjetividades por meio de agenciamentos enunciativos, e respondem, de um lado, às demandas econômicas das políticas neoliberais para a educação, por um currículo mais genérico e homogêneo e, por outro, aos pressupostos de uma educação dirigida a estudantes de escola básica que vivem realidades muito diversas e que podem ser ou não falantes de outros idiomas. Nossos objetos de análise neste trabalho são os textos e as atividades que compõem as unidades propostas nos livros didáticos de língua portuguesa (2017) e de língua espanhola (2017/2018), destinados à escola secundária pela Fundação SM e Grupo Santillana. Tanto a SM como o Grupo Santillana entraram fortemente na América Latina - AL a partir da década de 1990 e mudaram o perfil das publicações didáticas. Estudos recentes (CASSIANO, 2007) mostram como as empresas transnacionais espanholas consolidaram sua política editorial na América Latina, garantindo altos índices de rentabilidade de seus produtos, em especial pela centralidade dos investimentos em educação nos materiais didáticos. As políticas do Banco Mundial para a AL priorizam os livros didáticos e materiais de leitura como a chave para a obtenção de resultados pedagógicos em todos os níveis da educação e de capacitação. Justifica-se esse investimento como necessário para desenvolver recursos humanos para o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza. Brasil, Argentina e México são os países que mais receberam investimentos nas últimas décadas. No entanto, o que se observa, pelos dados apresentados, é que os ganhos de capital dos que produzem estes materiais é cada vez maior e mais concentrado em grandes empresas, sem que os níveis de pobreza tenham diminuído significativamente, sem o apoio e políticas sociais consistentes, como renda mínima, emprego e moradia. Portanto, objetivamos compreender e de que modo alguns temas significativos para essas populações, como a relação de seus falantes com as línguas nacionais, tratados ou não nos livros promovem ou silenciam sobre o papel político dessas relações e seus efeitos subjetivos. Nossas pesquisas, realizadas por meio de análises enunciativas numa perspectiva glotopolítica e bakhtiniana, têm mostrado que a noção de língua, de cultura e de identidade agenciadas pelos livros não abrem espaço para uma reflexão consistente sobre a diversidade constitutiva dos povos no Brasil, no México e na Argentina, ainda que possamos verificar diferentes formas de organização e legislação sobre o tema dos direitos linguísticos em cada país.

PALAVRAS-CHAVE: Livros didáticos. Direitos Linguísticos. Diversidade e Política Linguística. Análise Enunciativa.

**21 DE FEVEREIRO, DIA INTERNACIONAL DA LÍNGUA MATERNA:
DO ATIVISMO PELA LINGUAGEM MATERNA À CELEBRAÇÃO DO
PLURILINGUISMO**

Fernanda Castelano Rodrigues

RESUMO: O processo de independência dos territórios sob domínio britânico no sudoeste asiático – chamados de “Índias britânicas” e que hoje compreendem Índia, Paquistão, Bangladesh e Mianmar – teve início em 1947. Naquele momento, a região de Bengala ficou dividida entre dois países: a Índia e o Paquistão Oriental. O Paquistão, por sua vez, foi dividido em Ocidental e Oriental, partes geograficamente separadas pela Índia. As duas porções do Paquistão tinham em comum a religião muçulmana, mas também apresentavam profundas diferenças históricas, culturais e linguísticas: dos 69 milhões de habitantes do país, os povos bengali da região Oriental eram 44 milhões e utilizavam a língua bengali; no Paquistão Ocidental, com 25 milhões de pessoas, a língua de maior prestígio era o urdu, mas pushtu, pujabi e sindhi também eram faladas. O cenário político do país era completamente dominado pela porção ocidental, e numerosa população bengali era sub-representada nas instâncias governamentais. Nesse contexto, surge o *Bengali Language Movement*, protagonizado por intelectuais progressistas e estudantes da Universidade de Dhaka, que exigia, com passeatas e comícios, o reconhecimento da língua bengali como oficial na região. A repressão ao ativismo linguístico bengali foi dura e foram proibidas as manifestações públicas de protesto ou oposição às decisões do governo central paquistanês. Resistindo, a sociedade e principalmente os estudantes organizaram, 21 de fevereiro de 1952, uma enorme manifestação em frente à sede da Assembleia Provincial em Dakha: foram atacados pela polícia com bombas de gás lacrimogêneo e com tiros: cinco pessoas morreram. Em novembro de 1999, a 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), aprovou um Projeto de Resolução que propunha incorporar o dia 21 de fevereiro ao calendário de “dias internacionais” da UNESCO” como Dia Internacional da Língua Materna. Apresentado por Bangladesh e Arábia Saudita, o projeto contou com o apoio de outros 26 países. Utilizando o instrumental teórico da Análise Materialista do Discurso, por meio da análise de um arquivo de documentos produzidos pela UNESCO desde 2008 (contendo mensagens de seus diretores, cartazes, infográficos e informações e imagens de seu portal oficial na web), este trabalho pretende mostrar como se produziram certas alterações nas rotinas de memória em torno do ativismo pela “língua materna” a partir do acontecimento da institucionalização desse Dia: do *Shaheed Dibosh* (Dia dos Mártires), feriado nacional celebrado cada ano no Paquistão em honra aos mártires do *Bengali Language Movement*, à “celebração do plurilinguismo” promovida pela UNESCO.

Palavras-chave: Ativismo linguístico. Língua materna. Bengali Language Movement. Plurilinguismo. UNESCO.

**GÍRIA SOCIOEDUCATIVA: RECURSO LINGUÍSTICO UTILIZADO
PELOS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE
INTERNAÇÃO.**

Fernando Miranda Arraz - fernandomarraz@gmail.com
Bolsista Capes – PUC Minas

RESUMO: Este trabalho tem como base o projeto de pesquisa apresentado para ingresso e aprovação no Doutorado em Letras da PUC/MG, no qual foi apresentado uma proposta de pesquisa sobre uma das variedades presentes no léxico português, a gíria, falada por um grupo de adolescentes que estão privados de liberdade. Essas gírias são consideradas herméticas, logo difíceis de serem compreendidas por aqueles que não estão inseridos no grupo, sendo, por isso, uma forma de proteção e identificação dos membros. A gíria dentro do ambiente socioeducativo, tem uma criação própria, em geral criptológica, sendo assim, esta variedade linguística utiliza-se do signifiante e modifica o significado, tomando a gíria um signo de grupo. Para esses usuários há uma necessidade de criar um signo linguístico próprio, não porque desconheçam outros níveis linguísticos, mas porque eles têm como objetivo a busca da proximidade com quem ele fala e a criação de efeitos de sentidos que outras palavras não oportunizariam criar. A partir desse recurso linguístico, os adolescentes constroem laços sociais e lidam com o mal-estar contemporâneo, conseguindo, de alguma maneira, encontrar um lugar no meio social, endereçando seu sofrimento pela via do simbólico. A gíria determina a identidade cultural dos falantes, moldam aspectos de sua personalidade que vão além dos aspectos linguísticos, pois ao falar uma gíria, o sujeito do discurso deixa evidente sua formação ideológica, sua história, sua cultura e inseridos nela os hábitos, costumes, crenças, valores, juízo de valor, bem como sua visão de mundo. Este estudo se insere na AD- Análise do discurso de linha francesa, no qual concebe o discurso como sendo produzido por um sujeito marcado na história da sua comunidade, num tempo e num espaço concreto. O tratamento que a Análise do discurso oferece ao léxico gírio, considera a palavra, sendo polissêmica, pois abriga vários sentidos e conotam ideais e valores opostos, demonstrando a força deste recurso linguístico dentro do ambiente de reclusão. O conhecimento mais aprofundado desta variedade linguística pode contribuir para a melhoria da comunicação com o grupo, minimizando possíveis situações constrangedoras ou de conflito no convívio com os adolescentes em questão. Além disso, através dos discurso dos adolescentes, será demonstrado uma visão deste mundo, suas marcas individuais e sua identidade enquanto grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Gíria. Recurso linguístico. Adolescentes. Privados de liberdade. Análise do Discurso.

SENTIDOS DE DIREITOS LINGUÍSTICOS:
UM TRABALHO TEÓRICO A PARTIR DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS
EM MÚLTIPLOS CONTEXTOS

Jael Sânera SIGALES GONÇALVES (Unicamp)
jaelgoncalves@gmail.com

RESUMO: Com filiação teórica à Análise do Discurso materialista em sua articulação com a História das Ideias Linguísticas, proponho trazer para debate no Simpósio Temático “Direitos linguísticos no Século XXI: sentidos e discursos” a seguinte questão: como se têm constituído, formulado e circulado os sentidos de direitos linguísticos no Brasil? Dividido essa questão em duas partes: em primeiro lugar, busco compreender como se tem trabalhado a noção de direitos linguísticos em trabalhos acadêmicos produzidos no interior da Linguística e em sua relação com outros campos do conhecimento; em segundo lugar, procuro compreender o funcionamento da noção de direitos linguísticos em políticas linguísticas concebidas em/para múltiplos contextos. Para dar conta da compreensão dos sentidos de direitos linguísticos na produção acadêmica, faço o levantamento de trabalhos – artigos, dissertações e teses – produzidos no Brasil desde 2001 e identifico os modos como, nesses estudos, se tem mobilizado a noção de direitos linguísticos. Para a compreensão do funcionamento da noção em políticas linguísticas concebidas em/para múltiplos contextos, detenho-me à seleção e à análise de documentos normativos constituinte de arquivo jurídico montado em torno de políticas linguísticas relacionadas à questão migratória, à questão indígena e à questão carcerária. Sobre a questão migratória, analiso a nova lei de migração (Lei 13.447/2017) e seus efeitos jurisprudenciais; sobre a questão indígena, analiso a Resolução 23.274/2010, do Tribunal Superior Eleitoral; sobre a questão carcerária, analiso Nota Técnica do Ministério Público do Estado de São Paulo. Trabalho com a hipóteses de que processos discursivos significam a língua como dever, ora como direito, e que essa contradição e esse equívoco são determinados pelo lugar que o direito, especialmente a norma jurídica, ocupa na constituição e na formulação de políticas linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso. Direitos Linguísticos. Políticas Linguísticas.

DIREITOS LINGUÍSTICOS DOS INDIVÍDUOS SURDOS NO AMBIENTE DE TRABALHO MAJORITARIAMENTE OUVINTE: UTOPIA OU REALIDADE?

Tathiana TARGINE Nogueira (UERJ/INES)
targine@gmail.com

RESUMO: Esta apresentação tem por objetivo trazer alguns aspectos relacionados ao trabalho realizado pelos surdos, em conjunto com os não surdos/ouvintes, na TV INES. EssaTV é a primeira webtv do Brasil em Libras, com legendas e locução em todos os produtos – o que a torna única na proposta de integrar os públicos, surdo e ouvinte, numa grade de programação bilíngue. Neste espaço profissional, os surdos trabalham com pessoas ouvintes. Este encontro interpessoal e linguístico produz dificuldades de compreensão entre as partes, que interferem tanto no desenvolvimento do trabalho quanto nas relações afetivas (FERREIRA, 1989; 1993). Em algumas situações, torna-se imprescindível a criação de formas de comunicação e compreensão, tal como a leitura do teleprompter (aparelho que fica em frente à câmera para que o texto seja colocado e lido pelos apresentadores). Para os surdos que não leem o Português, o conteúdo não é exibido em texto, mas sim, em Libras. A partir dessas diferenças linguísticas e culturais em um ambiente laboral, buscou-se investigar outras situações as quais o “direito à língua” (CALVET, 2007) poderia ter sido privado e, conseqüentemente, privado o cidadão surdo de inúmeras possibilidades. A comunicação entre estes dois grupos distintos – surdos e ouvintes – remete estudos sobre quais são as políticas linguísticas adotadas no Brasil para a comunidade surda. A percepção, entre os surdos, a respeito da língua portuguesa é uma percepção de igualdade, dominância ou equidade? Em outros termos, pretendeu-se investigar as diferenças quanto à construção da interação do indivíduo surdo e do indivíduo ouvinte no âmbito da webTV. Vale destacar que não é possível encontrar dados precisos sobre estas diferenças. Partindo do pressuposto de que o homem vivencia sua existência na linguagem, através da produção de conceitos (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 1999), e que estes são utilizados como elementos básicos para comunicar, representar, conceber, avaliar, julgar e estruturar o próprio pensamento (Lev Vigotsky, 1984; Maturana, 2001), torna-se imprescindível compreender a percepção dos surdos em relação aos seus direitos linguísticos. Postulamos, como hipótese inicial, que os direitos linguísticos dos cidadãos surdos, apesar da existência da Lei 10.436/2002 e do decreto 5626/2005, não são respeitados, nem praticados no cotidiano profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Linguísticos. Surdos. Língua de Sinais. TV INES.

